

# fundamentos teóricos e metodológicos do estudo da história econômica\*

**Tamás Szmrecsányi\*\***

Professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da UNICAMP

Para poder trabalhar com eficiência na área de História Econômica, convém, inicialmente, delinear a natureza, os limites e os elementos que a caracterizam e diferenciam como campo de conhecimento específico e independente. A seguir, precisamos ter clareza das várias perspectivas teóricas que coexistem no seu estudo, seja complementarmente, cooperando entre si, seja, com frequência, opondo-se umas às outras. Em terceiro lugar, carecemos de uma introdução, mesmo que provisória, aos principais conceitos, métodos e procedimentos a que temos que recorrer na solução de seus problemas, à medida que vão surgindo.

Começando pela primeira tarefa, cabe notar de saída que a História Econômica constitui, hoje em dia, não apenas um ramo das ciências econômicas e/ou do conhecimento histórico, mas também uma disciplina relativamente autônoma quanto a seus objetos e instrumentos de trabalho. Como tal, ela dispõe da sua própria problemática, assim como dos métodos e das técnicas de análise que lhe são compatíveis. São estas características que lhe permitem formular noções peculiares, tanto em termos formais como no que se refere a seu conteúdo (CIPOLLA, 1988:13-28).

\* Texto revisto da aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Economia, Área de Concentração em História Econômica, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, campus de Araraquara, proferida no dia 15 de abril de 1998.

\*\* Professor Titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da UNICAMP. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica - ABPHE.

E verdade que a maioria de seus métodos e técnicas de análise são usualmente tomados de empréstimo, quer da Economia Política, quer das Ciências Históricas, quer ainda de outras ciências sociais. Em princípio, não há qualquer mal nisso, tratando-se, pelo contrário, de uma prática perfeitamente normal e corriqueira entre as disciplinas científicas de nosso tempo - basta lembrar a respeito, no campo das chamadas "ciências duras", o exemplo recente da Biologia Molecular. A autonomia de uma disciplina científica não chega a ser afetada pelos métodos e procedimentos que toma emprestados de outras.

O mais importante nesses empréstimos é, de um lado, nunca perder de vista os objetivos perseguidos, e, do outro, promover sistematicamente a efetiva incorporação dos mesmos de acordo com nossas necessidades concretas. No caso da História Econômica, isto quer dizer que devemos procurar evitar a todo custo os riscos do economicismo, do historicismo e de outros - *ismos* em nossas formulações e generalizações. A constante reinterpretação dos conceitos e a crítica permanente das teorias de que se originam são fundamentais na elaboração dos pressupostos de qualquer trabalho científico, da mesma forma que a aferição das fontes e dos dados sempre se constitui em pré-requisito à formulação de nossas hipóteses.

Dito isto, pode-se assinalar desde logo que a autonomia científica, mesmo que relativa, da História Econômica, como disciplina específica, manifesta-se com toda a clareza no campo interdisciplinar dos estudos do desenvolvimento econômico e social - ou seja, das transformações estruturais da economia e da sociedade através do tempo. Neste domínio, cabe-lhe fazer a análise diacrônica não apenas de todas as transformações nas relações econômicas em geral, mas também das mudanças que ocorrem nas instituições que presidem tais relações, nas políticas que as orientam, bem como nas ideias, nas teorias e nas doutrinas que as interpretam.

Nunca é demais notar, a esse respeito, que o estudo dessas transformações através do tempo - seja das relações econômicas em si, seja do seu contexto político, institucional ou ideológico - não equivale a um simples estudo do passado, ou, em outros termos, a História Econômica não deve ser entendida como disciplina científica dedicada ao estudo do passado *per se*. Os historiadores econômicos, assim como os historiadores em geral, não são seres alienados do presente e/ou do futuro. Para

eles, tal como para os demais cientistas sociais, o passado constitui apenas uma referência no tempo.

Trata-se de uma referência cuja importância advém do fato de nos permitir explicar o presente e até de fazer previsões para o futuro. Mas o presente também é fundamental, pois, ao constituir um produto do passado, ele nos permite chegar a uma interpretação do mesmo. E, qualquer que seja seu ponto de partida, o conhecimento histórico não se restringe apenas a determinado período, nem é livremente utilizável para testar ou justificar teorias elaboradas fora do contexto.

Nosso objeto de estudo não reside no passado, mas no tempo, que também envolve o presente e o futuro. Nossos interesses concentram-se fundamentalmente nas mudanças e/ou na permanência das estruturas econômicas através do tempo, e, portanto, no estudo de suas causas, de seus mecanismos e de suas consequências. Pelo termo estrutura, ao qual ainda voltaremos nesta exposição, sempre entendemos conjuntos de relações. E estas podem ser analisadas não apenas em vários níveis - do micro ao macro, mas também nos mais diversos âmbitos - que incluem desde os sistemas de produção e de distribuição até as instituições, as políticas econômicas e a evolução do próprio pensamento econômico.

Desses temas, os historiadores econômicos devem ter um conhecimento tanto histórico como econômico. Não basta que sejam apenas bons economistas ou bons historiadores; é preciso que tenham competência nos dois campos. A dosagem dos conhecimentos necessários em História e em Economia deve variar apenas em função do objeto de estudo.

Com relação a isso, vale a pena lembrar que os historiadores econômicos, junto com especialistas de outras disciplinas, participam de uma divisão do trabalho científico, um trabalho que, desde sempre, tem sido de natureza interdisciplinar. É nesse contexto, como bem assinalou o historiador polonês Witold Kula (1977), que nossa disciplina tem tanto a receber como a contribuir em relação às teorias e aos procedimentos dos praticantes da Economia Política. Os historiadores econômicos apenas se diferenciam dos economistas propriamente ditos pela utilização de métodos e técnicas de pesquisas próprios à sua disciplina - isto é, específicos às investigações históricas - ao basearem seus trabalhos em fontes primárias de dados e informações, fontes que incluem não apenas

documentos de várias espécies, mas também séries temporais já existentes ou a construir.

Segundo Kula, o que distingue o trabalho uns dos outros reside primordialmente: (a) no material empírico com que eles trabalham; (b) nos procedimentos que adotam em relação a ele; e (c) num maior ou menor domínio de certas técnicas auxiliares, como a matemática e a estatística. É apenas neste último campo que podemos notar uma nítida superioridade por parte dos economistas. Nos outros dois, as diferenças de natureza qualitativa dificultam as comparações de eficiência dos dois tipos de especialistas.

Os historiadores trabalham, em geral, com fontes primárias, de caráter documental ou estatístico - fontes que eles teoricamente manejam e/ou são capazes de controlar. Já os economistas costumam lidar com fontes secundárias (numéricas e outras), cujos dados e informações são produtos da elaboração prévia de entidades como os departamentos de estatísticas, outros organismos governamentais ou privados, e centros de pesquisas regionais ou setoriais. Os dados e as informações derivados dessas fontes são, sem dúvida, muito mais ricos e mais funcionais, estando, porém, sujeitos a sérias distorções e imprecisões. Nesse particular, é importante lembrar que tais dados e informações raramente são coletados e sistematizados com critérios e objetivos teóricos bem estabelecidos, compatíveis com as finalidades da sua utilização posterior. Por esse motivo, eles não podem ser usados tão direta e tão mecanicamente como soe acontecer, levando muitas vezes os economistas a fazerem afirmações e generalizações um tanto apressadas e sem a necessária fundamentação empírica e teórica.

Esta última, com frequência, também está ausente dos trabalhos de muitos historiadores, criticáveis por serem excessivamente descritivos, e destituídos de maiores esforços de interpretação e de generalização. Os próprios dados com que trabalham tendem muitas vezes a ser insuficientemente explorados e analisados. Trata-se, neste caso, de limitações derivadas não apenas de lacunas no instrumental de análise estatística, mas também de falhas no conhecimento técnico do objeto de estudo (SZMRECSÁNYI, 1992).

Passando agora à nossa segunda tarefa, de caracterização preliminar das diversas perspectivas teóricas que coexistem, e que se confrontam umas com as outras em nossa disciplina, devemos inicialmente realçar

a sua relativa juventude, quer no contexto das ciências históricas, quer no das ciências econômicas e sociais. No campo historiográfico, a História Econômica, apesar de toda a sua importância explicativa, surgiu muito tardiamente - na passagem do século XIX para o século XX - tendo sido precedida no tempo pela história religiosa, pela história militar e pelas histórias diplomática, jurídica e política. Isto se deveu de um lado à falta de interesse dos primeiros historiadores pela Economia, e, do outro, ao caráter e à função social da História em épocas pretéritas.

O mesmo se deu, embora por outras razões, no âmbito da Economia: os autores da Antiguidade e da Idade Média que tratavam da vida econômica e social, em suas obras nunca chegaram a interessar-se pela sua evolução através do tempo. Durante muitos séculos, houve relações muito mais estreitas entre a Economia e a Geografia do que entre a Economia e a História. E esta foi, por longo tempo, muito mais um instrumento de legitimação, seja do *status quo*, seja de suas mudanças do que propriamente uma disciplina científica.

Não por acaso, a História Econômica como disciplina só acabou vindo a lume no bojo da Economia Política dos tempos modernos, em função do desenvolvimento do capitalismo e do Estado Moderno, de um lado, e da ocorrência da primeira Revolução Industrial, do outro. Os capítulos históricos da Riqueza das Nações (1776) de Adam Smith (1723-1790) podem ser vistos como um importante marco nesse processo, que tivera início, durante a década anterior, na Grã-Bretanha, com a publicação de diversas obras sobre a história do comércio e sobre a história das finanças públicas. E a obra de Smith seria seguida, vinte anos mais tarde, pelo estudo pioneiro de Frederick Morton Eden (1766-1809) sobre a pobreza e as classes trabalhadoras na Inglaterra.

Devido a isso, no início do século XIX, mesmo sem constituir ainda uma disciplina independente, a História Econômica já configurava naquele país um gênero de pesquisas bastante cultivado e um campo de estudos de crescente interesse. Mas, apesar do seu grau de elaboração, ela continuava sendo movida muito mais por motivações políticas e ideológicas do que por preocupações de natureza científica. Com efeito, a produção de trabalhos desse tipo ainda era fundamentalmente determinada, naquela época, pelas discussões então travadas em torno das *Poor Laws* e das *Corn Laws* - isto é, em torno da legislação e da administração

relativas aos pobres, de um lado, e dos problemas referentes à liberdade de comércio (ou de importação de grãos), do outro.

Tais trabalhos, muitas vezes de caráter panfletário, serviam de instrumentos de luta nos debates políticos entre as diversas facções das elites governantes. Tratava-se de obras que defendiam teses contraditórias, com base em fontes documentais e em considerações de natureza histórica. Um dos economistas que primeiro se valeu desse tipo de literatura foi Thomas Robert Malthus (1766-1834), na defesa das suas ideias sobre as causas e os efeitos do crescimento da população, e sobre a necessidade da proteção à agricultura. O mesmo aconteceu na França, com as obras de Simonde de Sismondi (1773-1842); mas este, além de grande economista, foi também um emérito historiador.

Foi, porém, na Alemanha, que se deu a manifestação mais vigorosa e mais sistemática do surgimento da nova disciplina, mediante a formação da primeira Escola Histórica de Economia, em contraposição à Escola Clássica de Economia Política, então já dominada por David Ricardo (1772-1823) e seus discípulos, que tinham mais apreço pela teoria e pela lógica das Ciências Econômicas do que pela história dos sistemas e dos processos da economia. Um dos precursores desse movimento, e talvez o seu desencadeador, foi o famoso economista Friedrich List (1789-1846), arauto da unificação alemã e autor de um livro de grande prestígio e circulação sobre *O Sistema Nacional de Economia Política* (1841), no qual defendia a adoção do protecionismo alfandegário para promover a industrialização. A discussão e a repercussão de suas ideias acabaram dando origem à primeira escola de pensamento histórico-econômica, liderada por Bruno Hildebrand (1812-1886), Wilhelm Roscher (1817-1894) e Karl Knies (1821-1898).

Todos estes autores foram muito mais historiadores do que economistas, e as suas principais contribuições incluíam: (a) uma ênfase no uso de métodos indutivos e empíricos de investigação, em contraponto aos métodos lógico-dedutivos dos economistas ricardianos; (b) a relativização histórica dos princípios e postulados da Economia Política clássica; e (c) a concepção do desenvolvimento econômico em termos cronológicos como sequência de estágios evolutivos, e sucessão de etapas interligadas.

Essas ideias iriam florescer e tornar-se dominantes na Alemanha a partir e por causa da unificação política daquele país, que faria surgir

uma segunda ou "nova" Escola Histórica Alemã, cujos principais expoentes foram Gustav von Schmoller (1838-1917), Lujo Brentano (1844-1931) e Karl Bücher (1847-1930). O mais radical de todos foi o primeiro, que se tornou muito conhecido não apenas pela sua defesa do mercantilismo (contra o liberalismo) e dos interesses do Império Alemão, mas também pelas polêmicas metodológicas em que se envolveu com o fundador da vertente austríaca da Economia Neoclássica, Carl Menger (1840-1921). Estas polêmicas, do famoso *Methodenstreit*, só seriam deixadas de lado e definitivamente superadas já em nosso século, pelos expoentes da terceira ou "novíssima" Escola Histórica Alemã, que incluía figuras como Werner Sombart (1863-1941), Max Weber (1864-1920) e Arthur Spiethoff (1873-1957).

As obras de todos esses autores não podem deixar de ser estudadas por quem quer que se interesse pela gênese e pela evolução da historiografia econômica, na medida em que a Escola Histórica Alemã se contrapôs, em termos teóricos, tanto ao marxismo como à Economia Neoclássica, que lhe foram coetâneos. E nunca é demais lembrar que as duas últimas escolas de economia política também possuem a sua própria historiografia econômica.

O surgimento do Marxismo deu-se, como sabemos, entre 1848 - ano da publicação do *Manifesto Comunista* - e 1867 - de quando data a primeira edição do livro I de *O Capital*, uma obra que trouxe importantes contribuições à interpretação histórica da Primeira Revolução Industrial. Ocorre, porém, que, nessa fase inicial daquela escola de pensamento econômico, os seus principais expoentes - que foram o próprio Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) - estiveram mais interessados na história social de um lado e nas teorias econômica e política de outro do que propriamente na história econômica, por eles tida como um dado da realidade, e não como um processo a ser elucidado. A história econômica como problema central só iria aparecer com destaque no pensamento marxista em fins do século XIX, através de trabalhos como *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1898), de V. I. Lênin (1870-1924), e a tese de doutorado de Rosa Luxemburgo (1870-1919), defendida naquele mesmo ano, sobre *O Desenvolvimento Industrial da Polônia*. Nesse desenvolvimento do pensamento histórico-econômico marxista, tiveram também grande influência as obras de John A. Hobson (1858-1940) e Rudolf Hilferding (1877-1941).

Na época em que ele se deu, a História Econômica, em termos científicos, já se achava plenamente constituída como disciplina acadêmica independente, tanto nos países de língua alemã como na Grã-Bretanha. A própria denominação da disciplina fora consagrada pela publicação, entre 1879 e 1899, dos três tomos da *Deutsche Wirtschaftsgeschichte*, do economista e estatístico austríaco Karl Theodor von Inama-Sternegg (1843-1908), o primeiro tratado de História Econômica. E, no início do século passado, [?] mais precisamente em 1903, começou a ser publicada na Alemanha a primeira revista científica da especialidade, a *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*, que continua circulando até hoje. Data igualmente daquela época a criação de numerosas cátedras de História Econômica, que se foram difundindo das universidades britânicas e alemãs para o resto do Continente Europeu e para os Estados Unidos, e a ocorrência das primeiras polêmicas internas à disciplina, como a relativa às origens do capitalismo, na qual se confrontaram os pontos de vista de Werner Sombart (ainda na sua fase marxista) e de Henri Pirenne (1862-1935). Trata-se de processos cujos desdobramentos só chegariam ao Brasil e ao resto da América Latina por volta da década de 1930.

Depois da Primeira Guerra Mundial, surgiram várias novas concepções que iriam exercer uma influência duradoura no desenvolvimento de nossa disciplina. Uma delas foi inspirada pelo pensamento de Max Weber, cujas principais obras de síntese histórico-econômica foram ambas póstumas, com *Economia e Sociedade*, tendo sido publicada pela primeira vez em 1921, e sua *História Econômica Geral*, datando de 1923. Outra foi a da Escola de *Annales*, na França, criada por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), e brilhantemente continuada por Fernand Braudel (1902-1985). E a terceira resultou do surgimento, nos EUA, já na década de 1930, da chamada História de Empresas ou *Business History*, que constitui atualmente quase um ramo à parte dentro da História Econômica. As duas primeiras inovações tiveram fortes vinculações com a Sociologia, a do próprio Max Weber, de um lado, e a de Emile Durkheim, no caso dos historiadores franceses, que foram também bastante influenciados pelas ideias de Pirenne. Finalmente, a História de Empresas até hoje mantém sólidos vínculos com a chamada Economia Industrial, atualmente um dos ramos mais importantes da moderna teoria microeconômica.



Após essa rapidíssima e superficial visão panorâmica do surgimento e da evolução inicial da História Econômica, como disciplina científica específica e autônoma, que certamente deixou de lado muitos autores mais recentes e várias outras correntes de pensamento, podemos agora repassar à nossa terceira e última tarefa introdutória, relativa aos principais conceitos, métodos e procedimentos de que nos valem em seu estudo. Um estudo que, desde logo, não é apenas empírico, mas também teórico, na medida em que não pode haver história sem teoria, da mesma forma que não existem teorias sem história.

Nunca é demais assinalar que a teoria sempre constitui o ponto de partida e o ponto de chegada de qualquer investigação científica consequente, que se destina, seja a corroborá-la, seja a contestá-la; e a História Econômica certamente não representa uma exceção neste particular. De um modo geral, desde o surgimento da moderna Economia Política, da qual ambas se originam, a História Econômica tem evoluído paralelamente à Teoria Econômica, com os historiadores fazendo uso desta e os economistas valendo-se daquela, embora nem sempre com o necessário critério e discernimento. No mundo em que vivemos, tanto os conhecimentos como a ignorância são especializados, e, assim, os economistas tendem a ignorar a História, enquanto os historiadores não ficam atrás, no que se refere à Teoria. São, na verdade, muito raros os casos de autores igualmente versados nas duas áreas, e alguns deles não podem deixar de ser mencionados aqui.

Entre os historiadores, merecem destaque o sueco Eli F. Heckscher (1879-1952) e o britânico John H. Clapham (1873-1946), o primeiro tendo sido um dos formuladores da teoria contemporânea das vantagens comparativas no comércio internacional, e o segundo, um dos primeiros críticos "internos" da Escola Neoclássica, por meio do famoso artigo "Of Empty Economic Boxes", publicado no *Economic Journal*, em setembro de 1922. Já entre os economistas, o mais importante e mais conhecido, foi sem dúvida o austríaco Joseph A. Schumpeter, autor de relevantes contribuições histórico-econômicas não apenas em alguns de seus ensaios originalmente publicados em periódicos, mas também nos dois livros principais de sua fase mais madura, transcorrida nos EUA, a saber, o *Business Cycles* de 1939, e a sua *História da Análise Econômica*, obra póstuma, de 1954. E, para não sairmos do Brasil, temos o caso de Celso Furtado, que, além de ter sido um dos fundadores da disciplina

no país, continua sendo provavelmente o melhor economista brasileiro de todos os tempos.

Fechando o parêntese, voltamos ao assunto que aqui nos interessa, qual seja o das relações entre a História Econômica e a Teoria Econômica. Para saber de que teoria se trata, basta retomarmos o enunciado inicial do objeto de estudo de nossa disciplina. Como assinalamos atrás, trata-se da ciência humana e social que estuda e sistematiza as transformações através do tempo, isto é, a permanência e/ou as mudanças: a) das relações econômicas em geral, sejam elas de produção ou de distribuição; b) das instituições sociais que determinam e balizam tais relações; c) das políticas econômicas desenvolvidas pelos vários agentes; e d) das ideias, doutrinas e teorias econômicas subjacentes a esses comportamentos e a seu contexto.

A essa temática amplíssima, que em si já aponta para as inter-relações da História Econômica com outras ciências sociais, como a Economia, a Política e a Sociologia, podemos acrescentar ainda a procura sistemática de explicações econômicas para processos sociais, políticos, intelectuais e culturais extraeconômicos, ou seja uma História Econômica Aplicada a determinados campos ou problemas específicos. Um bom exemplo é a abordagem que pratico na UNICAMP, nos meus cursos de História Social da Ciência e da Tecnologia. Trata-se de um enfoque correspondente ao que Marx chamava de materialismo histórico e/ou determinismo econômico - uma perspectiva que, obviamente, precisa ser adotada com os devidos cuidados, a fim de não descambar para um economicismo vulgar, mas que, ao mesmo tempo, já se tornou moeda corrente tanto de nossa disciplina como no senso comum.

Dentro dela, as principais indagações formuladas pelos historiadores econômicos dizem respeito às causas, aos mecanismos e às consequências do desenvolvimento econômico através do tempo. Em suas tentativas de resposta a elas, nossa disciplina tem sempre um longo caminho a percorrer, e necessita apoiar-se nas contribuições e no auxílio de especialidades correlatas, notadamente a Teoria Econômica e os Métodos Estatísticos.

Isto se dá porque as relações econômicas raramente são diretas e evidentes à primeira vista, sempre estando sujeitas à interação de numerosos fatores, cujas origens e interfaces igualmente precisam ser devidamente percebidas e compreendidas. Esta é justamente uma das tarefas

dos economistas, que, a partir de tais variáveis e de suas inter-relações, constroem funções e modelos. E é somente com base nestes, por mais simples e rudimentares que sejam, que os historiadores econômicos conseguem avançar em suas tentativas de reconstrução e sistematização das situações e das transformações históricas.

Por sua vez, a Estatística também tem importantes contribuições a dar à História Econômica, na medida em que muitas, se não a maioria, das variações econômicas têm uma dimensão quantitativa evidente, referida a números e ou valores numéricos. Frequentemente, as cifras que mais nos interessam não se encontram disponíveis; mas, mesmo quando isto ocorre, elas não são suficientes em si, e sempre necessitam ser trabalhadas pelo pesquisador. Como fazê-lo, particularmente quando há lacunas ou surgem inconsistências nos dados, é um problema que só pode ser resolvido com o auxílio dos métodos e das técnicas da Estatística.

Mas esta, ao contrário da Teoria Econômica, somente nos ajuda a descrever e caracterizar as situações, mas não a interpretá-las ou explicá-las, e muito menos a sistematizá-las. Por outro lado, convém sempre tomar como provisórias as explicações fornecidas pelas teorias econômicas, que tendem a tornar-se obsoletas, quando as mudanças da realidade empírica são mais rápidas que as dos paradigmas científicos estabelecidos. A permanente renovação da historiografia em geral, e não apenas da historiografia econômica, pode ser atribuída em parte a este último fato.

Essa renovação não é devida somente à descoberta de novas fontes e/ou ao desenvolvimento de novos conceitos, mas também - e talvez principalmente - à mudança das questões mais relevantes para cada geração de historiadores. No caso específico dos historiadores econômicos, os processos a serem estudados sempre giram em torno de determinadas opções e decisões de natureza econômica, as quais, obviamente, tendem a mudar através do tempo e do espaço, de acordo com a estrutura, as instituições e os valores de cada sociedade, e conforme a conjuntura vivida por elas em vários momentos.

Entre os conceitos básicos da História Econômica, merecem destaque os de *conjuntura* e os de *estrutura*, ambos provenientes da Teoria Econômica e/ou de outras disciplinas correlatas, mas já incorporados ao vocabulário dos historiadores econômicos. A conjuntura sempre envolve conjuntos de movimentos, ou movimentos conjugados, tanto econô-

micos como sociais; trata-se de movimentos recorrentes, e não anárquicos e aleatórios, movimentos que apresentam regularidades e repetições que tornam possível o seu estudo sistemático. Por sua vez, a estrutura, segundo já vimos, sempre configura um conjunto de relações que apresenta uma certa permanência, e uma interdependência do todo e das partes. As estruturas econômicas e sociais tendem a ser essencialmente dinâmicas ou não estáticas; a permanência delas não se refere tanto à forma ou ao conteúdo das relações envolvidas, mas à relativa estabilidade ou ao potencial equilíbrio das mesmas (CARDOSO e BRIGNOLI, 1979:261-3).

Além desses dois conceitos, gostaria ainda de chamar a atenção para um terceiro, este sim de natureza essencialmente histórica. Trata-se da noção de *processo*, resultante da recorrência, através do tempo, de determinados fenômenos e características, os quais, por sua vez, derivam da recorrência de certos fatos ou eventos e de seus principais aspectos. A análise dos processos históricos - isto é, das mudanças de conjunturas e de estruturas através do tempo - constitui o *alfa* e o *ômega* do trabalho de todo historiador.

Neste trabalho, a seleção da metodologia e das técnicas de pesquisa depende fundamentalmente da temática escolhida e das hipóteses de trabalho. Mas ela depende também, e bastante, da documentação disponível e dos demais recursos que temos à nossa mão. Uma tentação frequente e, portanto, um perigo a evitar, é o de escolher as técnicas que estão na moda, as quais podem ser muito elegantes e interessantes, mas frequentemente apresentam o defeito de não se adaptarem quer ao tema escolhido, quer ao período estudado, quer ainda às hipóteses de trabalho.

Por outro lado, convém nunca perder de vista que as pesquisas em nossa disciplina possuem simultaneamente um caráter histórico e uma dimensão econômica. Isto significa que elas devem não apenas levar em conta esses dois aspectos, mas também procurar mantê-los em equilíbrio, evitando tanto os excessos do economicismo como os do historicismo. Trata-se de algo fácil de ser dito, mas difícil de ser praticado, pois, na verdade, o historiador econômico tem que ser ao mesmo tempo economista e historiador, ou historiador e economista, sentindo-se à vontade nas duas disciplinas, sem filiar-se preponderantemente a uma ou à outra.

Uma boa maneira de consegui-lo é através do estudo histórico das duas disciplinas, cultivando a História do Pensamento Econômico, de um lado, e praticando uma história da historiografia do outro. Em outras palavras, trata-se de procurar não tentar "reinventar a roda ou a pólvora", mas, ao contrário, de aprender com os erros e os acertos dos outros, tanto no campo da Teoria Econômica como no da História Econômica. Isto porque o conhecimento, afinal, também constitui um processo histórico e cumulativo - um processo no qual os saltos, embora possíveis, nunca são fáceis ou imediatos.

## Referências bibliográficas

- CARDOSO, C. F. e BRIGNOLÍ, H. P. "Conceitos, métodos e técnicas de História Econômica", in *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979:261-263.
- CIPOLLA, C. M. "Una disciplina chiamata storia econômica", in *Tra due Culture: Introduzione alla Storia Economica*. Bologna: Il Mulino, 1998:13-28. Obra traduzida para o inglês sob o título *Between History and Economics: an Introduction to Economic History*. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- KULA, W. *Problemas y métodos de la Historia Económica*, 3ª ed., Barcelona: Ediciones Península, 1977:84-92.
- SZMRECSÁNYI, T. "História Econômica, Teoria Econômica e Economia Aplicada". *Revista de Economia Política*, São Paulo. Vol. 12, n° 3, jul./set. 1992:130-136.